

## COLONIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO: A EXPLORAÇÃO DAS “DROGAS DO SERTÃO” E A MÃO-DE-OBRA INDÍGENA<sup>1</sup>

COLONIZATION AND APPROPRIATION OF THE  
AMAZON TERRITORY: THE EXPLOITATION OF THE  
“DROGAS DO SERTÃO” AND THE INDIGENOUS LABOR

COLONIZACIÓN Y APROPIACIÓN DEL TERRITORIO  
AMAZÓNICO: LA EXPLORACIÓN DE LAS “DROGAS DO  
SERTÃO” Y LA MANO DE OBRA INDÍGENA

*DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i1.p. 41-54*

**Marcelo Venâncio**

Professor Doutor do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do  
Tocantins (TO)

E-mail: [venancio@uft.edu.br](mailto:venancio@uft.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1123-9597>

**Marcelo Cervo Chelotti**

Professor Doutor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de  
Santa Maria (RS)

E-mail: [mcervochelotti@gmail.com](mailto:mcervochelotti@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5236-7272>

### RESUMO:

A exploração das “drogas do sertão” na Amazônia do século XVI foi uma forma encontrada por Portugal para evitar invasões e, com isso, manter a posse do território. Essa atividade comercial só foi possível com a exploração do trabalho indígena, devido à escassez de mão de obra na região. Dessa forma, os indígenas foram brutalmente expropriados de suas terras e de suas condições de sobrevivência para trabalharem na coleta dessas matérias primas. Assim, o objetivo deste texto é discutir a colonização e apropriação do território amazônico a partir da exploração das “drogas do sertão”, bem como a importância do trabalho indígena para que essa atividade econômica fosse possível. A construção deste texto se deu a partir da revisão da literatura crítica que trata da Amazônia e da questão indígena.

**Palavras-chave:** Amazônia; Colonização; “Drogas do sertão” Trabalho Indígena.

### ABSTRACT:

The exploitation of “drogas do sertão” in the 16th century Amazon was a way found by Portugal to avoid invasions and, with that, maintain possession of the territory. This commercial activity was only possible with the exploitation of indian manpower, due to the scarcity of labor in the region. In this way, the indigenous people were brutally expropriated from their lands and their conditions of survival to work in the collection of these raw materials. Thus, the objective of this text is to discuss the colonization and appropriation of the Amazonian territory from the exploitation of “drogas do sertão”, as well as the importance of indigenous work for this viability of this economic activity. The construction of this text was based on a review of the critical literature that deals with the Amazon and the indigenous issue.

**Keywords:** Amazon; Colonization; “Drogas do Sertão”; Indian Work.

<sup>1</sup> Esse texto compõe o capítulo “A chegada do estranho na Amazônia: da colonização à colonialidade do poder”, da tese de doutorado intitulada “**Vozes silenciadas no território indígena Akwe-Xerente: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins.**”, defendida em 2020 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.



## RESUMEN:

La exploración de las “drogas sertão” en la Amazonía del siglo XVI, no fue más que una estrategia encontrada por Portugal, para evitar invasiones y mantener la posesión de ese territorio. Esa actividad comercial solo pudo ser posible con la exploración de la mano de obra indígena, debido a la escasez en la región. De esta forma, los indígenas fueron brutalmente expropiados de sus tierras y de sus condiciones de vidas, para trabajar en las cosechas de esas materias primas. Así, el objetivo de este texto es explicar la colonización y apropiación del territorio amazónico; a partir, de la exploración de las “drogas do sertão”. Así como, la importancia del trabajo indígena para que esta actividad económica fuese posible. La elaboración de este texto fue; a partir, de la revisión crítica de la literatura relacionada con la Amazonía y la cuestión indígena.

**Palabras claves:** Amazonía; Colonización; “Drogas do Sertão”; Trabajo Indígena.

## 1 INTRODUÇÃO

A colonização da Amazônia brasileira não foi um processo rápido e homogêneo em todos os seus “cantos”. Pelo contrário, ela se deu de forma lenta, gradativa e em “pedaços” do território, conforme o que Santos (2008) chamou de apropriação desigual e combinada do espaço geográfico. Na periodização proposta por Becker (2009), a autora aponta três fases de colonização da região amazônica durante a formação territorial brasileira. A primeira ocorreu entre os anos de 1616 e 1930, em que o processo de controle do território se deu a partir da intervenção em locais estratégicos com a posse gradual da terra e a criação de unidades administrativas ligadas ao governo central de Portugal. A segunda fase ocorreu entre 1930 e 1985, quando houve uma aceleração da colonização da região, sendo fundamental para a produção do espaço estatal e do planejamento regional. A terceira fase ocorre a partir de 1985, na qual a Amazônia se configura como uma fronteira socioambiental com a implantação de múltiplos projetos, sendo, a partir de 1996, caracterizada por políticas paralelas e conflitantes, o que a autora chama de “a incógnita do *heartland*<sup>2</sup>”. Nesse sentido, a análise de Becker se dá, sobretudo, a partir da invasão europeia na região e da apropriação do território a partir das políticas territoriais.

A partir dessa constatação, o objetivo deste texto é discutir a colonização e a apropriação do território amazônico do século XVI a partir da exploração das “drogas do sertão”, bem como a importância do trabalho indígena para que essa atividade econômica fosse possível. Assim, a exploração da floresta, a partir das “drogas do sertão”, foi uma forma encontrada por Portugal de evitar invasões e assegurar a posse do território, o que só foi possível com a exploração da mão de obra indígena.

A construção deste texto deu-se a partir da revisão da literatura crítica que trata da Amazônia e da questão indígena. Dessa forma, apesar do cunho geográfico, foi importante, para a

---

<sup>2</sup>Sobre a incógnita de *heartland*, Becker (2009, p. 29) afirma: “Esse conceito, proposto por Sir Halford Mackinder em 1904 para a massa continental eurasiática, fundamenta-se em extensão territorial, autodefesa decorrente de feições geográficas no seu entorno – altas montanhas, mares gelados e possibilidade de grande mobilidade interna – que lhe atribuíram condições para exercer o poder mundial”.



construção deste raciocínio, recorrer, também, a autores não geógrafos, tais como sociólogos, filósofos, bacharéis em direito, economistas, linguistas, dentre outros. Assim, para compreendermos o processo de colonização da Amazônia e a exploração do trabalho indígena, foi preciso compreender e desconstruir os discursos forjados que justificou a empreitada colonizadora europeia, como os de “vazio demográfico” e de “região atrasada”, dentre outros. A partir disso, abordamos que, a Amazônia é ocupada há milhares de anos, por vários povos, que falam várias línguas e que foram escravizados e outros dizimados a partir da exploração das “drogas do sertão”.

Para organização didática da discussão, este texto foi dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, faremos uma discussão sobre as diversas visões da Amazônia, observando como estas justificam a colonização violenta de povos e territórios. Na segunda parte, abordaremos a colonização da Amazônia a partir das “drogas do sertão” e a exploração do trabalho indígena, retirando-os, assim, de sua existência.

## 2 AMAZÔNIA: DIVERSIDADES DE TEMPOS E ESPAÇOS

Antes de discutir o processo de apropriação do território, é importante pontuar de qual Amazônia ou Amazônias se quer falar. Com esse propósito, torna-se interessante recorrer à Porto-Gonçalves (2012, 2015, 2017), que oferece uma análise para além da visão naturalista e eurocêntrica dessa região, pois, em seus estudos, apresenta uma Amazônia que dialoga com os povos da floresta, os quais construíram suas vidas numa relação íntima com a com a natureza. Dessa forma, o autor entende a Amazônia como uma região complexa e diversificada, ao contrário da ideia homogênea e midiática da região que a vê como natural, como floresta, como atrasada, como vazio demográfico, como reserva de recursos, como o futuro do Brasil e do mundo. Essa compreensão contrasta, então, com a visão eurocêntrica da Amazônia, em que predomina muito mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região, na qual os povos que vivem nela são vistos como indolentes<sup>3</sup>, preguiçosos, atrasados, tradicionais, selvagens e, por isso, incapazes de serem portadores de um projeto civilizatório.

Nesse sentido, a análise de Porto-Gonçalves é fundamentada em uma rica colaboração científica, bem como na contribuição do conhecimento ancestral-histórico dos amazônidas, formados por diversos povos com diferentes etnias, nacionalidades e classes sociais com seus saberes e práticas construídos a partir das várzeas e das florestas. Esses saberes e práticas, sobretudo indígenas e camponeses, construídos *na* e *com* a floresta são considerados, na visão eurocêntrica, como o “outro” da modernidade (bárbaros, atrasados, antimodernos etc.), o que justifica, nessa

---

<sup>3</sup>Vale lembrar que, nas eleições para Presidente do Brasil em 2018, o candidato de extrema direita a Vice-Presidente, o General do Exército Hamilton Mourão, atribuiu esse adjetivo aos indígenas para analisar a herança cultural do Brasil. Durante uma reunião na Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul (RS), em 6 de agosto de 2018, disse ele: “o brasileiro herdou a indolência do índio e a malandragem do negro” (O GLOBO, 2018).



perspectiva, todas as formas de invasão, escravidão, genocídio e todos os tipos de violência sobre esses povos (DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005).

Essa perspectiva metodológica proposta por Porto-Gonçalves permite reconhecer as múltiplas possibilidades epistemológicas que se abrem a partir do diálogo entre a ciência e outras matrizes de conhecimento. Favorece, também, uma tentativa de caminhar para a renovação do pensamento crítico, no sentido de “descolonização” das ciências sociais e da filosofia modernas, fundadas na separação natureza-sociedade, na dicotomia espaço-tempo, na visão linear da história (contada pela Europa) e na colonialidade do saber e do poder (CASTRO-GOMES, 2005; DUSSEL, 2005; MASSEY, 2009; QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2005, 2006, 2012, 2017).

A Amazônia é, portanto, uma acumulação desigual de tempos e espaços convergentes que criou formas de vida complexas e diversas. Assim, pensar a Amazônia a partir de sua complexidade e diversidade ecológica e cultural, bem como de suas distintas matrizes de conhecimento, é essencial para a formulação de outras políticas públicas *com* a região e *com* seus habitantes (PORTO-GONÇALVES, 2015). Por outro lado, pensar a Amazônia apenas como uma reserva natural, sem levar em consideração sua gente com seus saberes construídos na convivência com a floresta, é desperdiçar experiências (SOUSA SANTOS, 2010), o que inviabiliza a descoberta de outros caminhos de liberdade e de emancipação dos povos da região.

Conforme Porto-Gonçalves (2015), diferentemente do imaginário eurocêntrico, que tem a região apenas como vazio demográfico, rio, floresta ou recursos minerais, é importante entender que a Amazônia é habitada há 11.200 anos (conforme os registros mais antigos) por povos que se forjaram junto com esse meio geocológico. Nos últimos cinco séculos, recebeu outras contribuições, sobretudo, camponesas e quilombolas, que souberam aproveitar a enorme produtividade biológica, com a qual se desenvolveram múltiplas culturas, tornando a região detentora de um significativo acervo de conhecimentos, que deve ser respeitado para um diálogo com outras matrizes de racionalidade, de modo a considerar as relações sociais e de poder.

Assim, a Amazônia evoluiu em diferentes espaços - tempos: o espaço - tempo geológico, o espaço - tempo geomorfológico e o espaço - tempo arqueológico/antropológico. Além da biodiversidade, possui também a diversidade cultural. Na Amazônia, ainda hoje, falam-se mais de 180 línguas, fazendo desse complexo espaço geográfico um dos maiores patrimônios culturais do Brasil e da humanidade. Isso se contrapõe à visão colonizadora de “região”, que a vê como “natural”, na qual se falam cinco línguas relativas aos países de colonizaram a região: o espanhol, o português, o francês, o holandês e o inglês. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2015) ensina-nos:

Assim, sobre a Amazônia além de referirmos à biodiversidade, é importante atentarmos para a diversidade cultural existente na região e nos acostarmos com a ideia de que existem *Amazônias* e *amazônidas*. Pensar a região com essa



extensão, com essa complexidade, como se fosse homogênea, implica tornar invisíveis esses outros povos e suas territorialidades ancestrais/atuais. [...] A problemática indígena coloca-nos desafios de novo tipo para uma política *com* a região (e não *para* a região) até aqui não enfrentados com toda a riqueza que ela comporta, a começar pelo conhecimento secularmente acumulado (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 70, grifos nossos).

Compreender a Amazônia a partir da sua complexidade e para além dos recursos naturais permite criar políticas públicas que não silenciem essas diferentes vozes e / ou não inviabilizem os diversos povos / etnias que *com-vivem* com / na região. Enfim, tratar a natureza separada da vida e da cultura dos povos (a concepção presente na criação de muitas reservas ecológicas) é negar a própria essência da constituição de uma região. Assim, conforme o autor, ao mesmo tempo em que há na Amazônia uma natureza dessacralizada, pobre de espírito, enfim, uma natureza capitalizada e eurocentrada, há também quem convive e dialoga com ela, onde indígenas, caboclos, camponeses e ribeirinhos se enriquecem mutuamente na relação com os rios, com a floresta, com os deuses, com a vida. A multiplicidade de “Amazônias e amazônidas” foi silenciada ao longo da ocupação da região, conforme veremos ao longo da análise sobre a invasão / colonização da região. Essa colonização, conforme já ressaltamos, se deu de forma desigual e combinada. Enquanto, na parte mais ao norte, o motor da colonização foi, principalmente, as drogas do sertão e a exploração da borracha, na parte sul e sudeste, foi a exploração do ouro. Nesse contexto de colonização, os indígenas foram escravizados e muitas vezes assassinados, desunidos, além de terem tido suas terras arrancadas de si.

### **3 AS “DROGAS DO SERTÃO”: O INÍCIO DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E A EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDÍGENA**

A organização do espaço amazônico é baseada em dois padrões distintos e contraditórios entre si. Esses padrões, conforme Becker (2009) e Porto-Gonçalves (2012), estão inscritos na paisagem atual da região, os quais são a organização do espaço baseada na relação entre sociedade e rio-várzea-floresta (como o dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, dentre outros) e a relação entre a sociedade com estrada-terra firme-subsolo (como o dos fazendeiros e outros exploradores ligados ao grande capital). Essas distintas formas de relação entre sociedade e natureza foram criadas ao longo do processo de formação do mundo moderno e contemporâneo, do qual a Amazônia é sua materialização e no qual ela se torna foco de diversos conflitos de interesse entre os dois diferentes segmentos e classes sociais presentes na paisagem amazônica: o colonizado e o colonizador. Os conflitos tornaram-se mais visíveis, sobretudo a partir da década de 1960, quando entram em cena os interesses de gestores territoriais civis e militares de integrar a Amazônia ao resto do país. Assim, até 1960, era em torno dos rios que se organizava a vida da região. Porém,



após isso, o interesse desloca-se para o subsolo, visando, sobretudo, seus recursos minerais, o que tem tornado a Amazônia em um verdadeiro território em disputa, conforme afirmou Porto-Gonçalves (2012).

De acordo com Dias (2014), a ocupação da Amazônia é um processo antigo. A autora ressalta ainda que, quando os europeus chegaram à região, existia ali um conjunto de sociedades (povos indígenas) bem organizado por hierarquias e de alta densidade demográfica, que convivia com a natureza. Nessa mesma perspectiva, Oliveira (1983) ressalta que, quando os europeus chegaram à Amazônia, as aldeias mais populosas estavam concentradas nas margens dos rios e a sua população indígena vivia de forma bastante simples, se comparada aos incas, astecas e maias, civilizações consideradas pelos arqueólogos e historiadores as mais complexas encontradas nas Américas.

Dias (2014) e Oliveira (1983) afirmam que a colonização da Amazônia obedeceu aos padrões e interesses da expansão do mercantilismo europeu, por meio de núcleos de exploração vegetal, constituintes da economia primário-exportadora. Nessa perspectiva, Oliveira (1983) ressalta que essa ocupação assumiu três faces bastante inter-relacionadas:

- 1) A de defesa e posse do território, através de encontros militares, construção de fortificações e viagens fluviais como a de Pedro Teixeira;
- 2) A econômica, que, inicialmente, tinha suas atividades voltadas para o plantio da cana-de-açúcar e para a exportação das chamadas “drogas do sertão” e, depois, foi seguida por uma experiência agrícola e pela implantação da pecuária;
- 3) A espiritual ou religiosa, que se preocupou com o descimento, a catequese e “civilização” dos índios, realizados por missionários (OLIVEIRA, 1983, p. 169).

Assim, o principal marco desse processo de colonização foi a fundação, em 1616, do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, que marca a presença de Portugal, dando início ao primeiro núcleo urbano, Santa Maria de Belém, fato que marcará profundas transformações na paisagem e novos usos do território, pois a floresta deu lugar a feitorias e missões pela região. A partir disso, os portugueses também lutaram para expulsar outros invasores recém-chegados (ingleses, irlandeses, franceses e holandeses) (DIAS, 2014; OLIVEIRA, 1983; PORTO-GONÇALVES, 2015). Nesse período em que ocorreu a fundação do Forte do Presépio e da cidade, que é a Belém de hoje, Porto-Gonçalves (2015) ressalta que as Coroas Ibéricas estavam unificadas, o que permitiu que Portugal avançasse para Oeste e ocasionou a formação da enorme região, com exceção do Acre, incorporado ao território brasileiro apenas em 1903. Nesse contexto,

De lá para cá, houve uma disputa generalizada por territórios que, na Amazônia, sempre se fez através de dominação/alianças com comunidades indígenas. Aliar-se a comunidades indígenas era fundamental para os colonizadores que, como se sabe, estavam implicados no mundo todo e não dispunham sequer de efetivos



demográficos capazes de ocupar as regiões que dominavam (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 77).

Dessa forma, a colonização da Amazônia só foi possível mediante uma aliança com a população da região, pois, além dos europeus não possuírem uma quantidade ideal de pessoas para que a colonização se efetivasse, eram os povos indígenas que possuíam o conhecimento integral da floresta e dos rios. Essa aliança, conforme argumenta Rocha (2009), significou a soberania portuguesa na região fronteira e, para os indígenas, se traduziu como uma estratégia de sobrevivência, já que existia a necessidade de barrar a expansão colonial, e também uma forma de fortalecimento, pois existiam muitos conflitos entre grupos e líderes indígenas. Isso mostra que a colonização europeia não se deu num vazio demográfico, como faz parecer a visão eurocêntrica da Amazônia.

Outro marco importante na conformação paisagística da região amazônica foi a criação das Capitânicas do Maranhão e do Grão-Pará em 1621, nas quais se tentou implantar o sistema de *plantation*<sup>4</sup>, como ocorria em outras capitânicas brasileiras. Mas esse sistema não prosperou, sendo que um dos fatores para que isso ocorresse foi a falta de capital, pois a burguesia mercantil estava voltada basicamente para a produção do açúcar no Nordeste brasileiro, um produto com uma lucratividade segura. Nesse sentido, a agricultura concentra-se basicamente no Maranhão e nas áreas próximas ao delta do Amazonas (DIAS, 2014).

Diante do fracasso do sistema de *plantation* na Amazônia, surge a necessidade de uma atividade econômica rentável, para, inclusive, evitar invasões e manter a posse do território. Nesse sentido, foi na própria floresta que os colonos encontraram uma alternativa importante, a qual necessitava de pouco capital e, também, tinha um bom preço, garantido no mercado externo: as “drogas do sertão”. Sobre isso, Oliveira (1983) argumenta:

Com a finalidade de expulsar seus concorrentes (ingleses e holandeses), os luso-brasileiros desejavam, na realidade, o mercado de açúcar e das “drogas do sertão” que, para ser realizado, necessitava que Portugal efetivamente ocupasse a área cobiçada, o que foi feito, inicialmente, através de guerras aos invasores (OLIVEIRA, 1983, p. 170).

Enquanto os luso-brasileiros afastavam os invasores, perceberam que, mesmo se vencessem a batalha, as terras não estariam livres para a exploração desejada, pois havia um impedimento: os indígenas. Esses povos, de acordo com Oliveira (1983),

---

<sup>4</sup> A *plantation*, ou plantação, é um sistema de exploração colonial bem comum entre os XV e XIX nos latifúndios monocultores do Brasil com foco na exportação. Os produtos eram enviados para a metrópole e de lá para outros mercados consumidores europeus, gerando altos lucros.



[...] querendo evitar a invasão de seus territórios e a depredação do meio ambiente onde viviam, começaram a ser hostis à caminhada dos portugueses e brasileiros, o que fez com que os missionários fossem chamados a fim de descê-los de suas aldeias para povoações religiosas, deixando as terras livres para a coleta das “drogas do sertão” [...] (OLIVEIRA, 1983, p. 170).

Assim, a apropriação do território, entre os anos de 1616 e 1777, teve como base as “drogas do sertão” voltadas basicamente para exportação ao mercado europeu. Sob uma disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial protagonizada por franceses, ingleses, holandeses, irlandeses, portugueses e espanhóis, essas mercadorias foram uma atividade econômica como a que até então tinha sido desempenhada pelas especiarias indianas, configurando uma solução para os problemas econômicos portugueses. Pela sua abundância, eram consideradas riquezas existentes ao longo, principalmente das margens do rio Amazonas, mas, também ao longo dos Rios Negro, Madeira e Tapajós, conforme organizado na figura 1. As “drogas do sertão” mais comuns e as mais comercializadas, eram, de acordo com Oliveira (1983), o pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), o cacau (*Pachura aquatica*), o urucu (*Bixa orellana*), a canela (*Cinnamomum verum*), a copaíba (*Copaiferasp*), a baunilha (*Vanillasp*), o anil (*Indigoferasp*), a salsaparrilha (*Smilax*) e o puxeri (*Licariasp*)<sup>5</sup>.

Assim, essas especiarias se tornaram um grande trunfo econômico para a colonização e apropriação do território. De acordo com Porto-Gonçalves (2012), foi a partir da exploração desses produtos que surgiram, em meio à floresta, os aldeamentos e as vilas de missões religiosas ao longo da calha do rio Amazonas. A figura 1 mostra as principais atividades econômicas brasileiras do século XVII com destaque para as “drogas do sertão.

---

<sup>5</sup> As nomenclaturas científicas das referidas especiarias foram retiradas do Guia de Plantas Medicinais do site IG. Disponível em: <https://saude.ig.com.br/bemestar/guiaplantasmedicinais>





**Figura 1: Principais atividades econômicas do Brasil do Século XVII, com destaque às "drogas do sertão".**



**Fonte:** Atlas Histórico Escolar. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

Muitas dessas aglomerações populacionais se transformaram em cidades regionalmente importantes, tais como: Santarém, na desembocadura do Rio Tapajós; Óbidos, na foz do Trombetas; Manaus, na foz do rio Negro; Tefé, na foz do Japurá; além de Belém, na foz de toda a bacia hidrográfica do Amazonas e que, por isso, ganhará um significado maior em toda a formação histórico-geográfica da Amazônia. Assim,

Começa o devassamento da floresta em busca das especiarias (“drogas do sertão”) destinadas ao mercado europeu. A riqueza da fauna e da flora, das florestas e dos rios dá ensejo a um diversificado sistema de caça, coleta e pesca, capturadas pela (e para a) administração colonial e pelas (e para as) ordens religiosas. Tem início o (des)envolvimento da Amazônia e uma valorização efetiva dos seus recursos naturais, tendo em vista as injunções estritamente políticas dos conflitos entre as diferentes potências coloniais para afirmar a dominação territorial da região (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81).

É importante esclarecer que Porto-Gonçalves (2012, p. 82) usa o “des”, de desenvolvimento, entre parêntesis para mostrar a contradição do desenvolvimento quando associado ao meio ambiente, principalmente o que vem se chamando de “desenvolvimento sustentável”, o qual, a seu ver, é uma “armadilha” que separa o natural do social. Essa contradição existe tanto na esquerda



quanto na direita e também no senso dos cientistas, pois, na formação dessa palavra, “des” significa quebrar / tirar o envolvimento entre o homem e a natureza. Afinal, argumenta o autor, “ambiente (*environment*) é envolvimento e não (des)envolvimento”. Nesse sentido, no contexto da exploração das “drogas do sertão”, a mão-de-obra utilizada era a indígena. Os povos indígenas começam a ser “destrribalizados” e “aldeados” em aldeamentos missionários, “cristianizados”, o que altera suas relações com a natureza. Outros fogem para os altos rios, geralmente acima de cachoeiras e corredeiras, onde podem continuar a ser livres.

Várias disputas entre colonos e missionários pela mão-de-obra indígena marcaram a história política da colonização de toda a região amazônica. De acordo com Sousa (2002, p. 2), a perseguição e a escravização “desenfreada dos índios pelos colonos era justificada pelos últimos com a sua própria “incapacidade financeira”, que os impedia de comprar escravos negros, bem mais caros que os índios”. Dias (2014) comenta que diversas formas de recrutamento foram utilizadas para obtenção dessa mão-de-obra. Dentre elas, estão:

- **Os resgates:** consistiam na troca de objetos por índios, mas só podiam ser “resgatados” indígenas de corda, isto é, prisioneiros de um território, já que, como foi dito, existiam na Amazônia muitos conflitos por territórios e entre líderes indígenas;

- **As Guerras Justas:** eram promovidas pelas tropas de guerra e consistiam na invasão armada dos territórios indígenas com o objetivo de capturar o maior número de índios, incluindo mulheres e crianças. Pelas leis de 1611, as Guerras Justas só podiam ser realizadas contra índios que atacassem os portugueses ou impedissem a difusão do santo evangelho. Os índios assim aprisionados eram conduzidos ao mercado de escravos e vendidos aos colonos, à Coroa Portuguesa e/ou aos próprios missionários;

- **Os índios de repartição:** eram também índios “livres”, em oposição aos escravos. Os índios de repartição eram todos aqueles que aceitavam ser “descidos” de suas aldeias de origem para os aldeamentos das missões através do convencimento, sem oferecer resistência armada. Para tanto, eram prometidas melhorias nas condições de vida deles, caso fossem viver nos aldeamentos. Quando isso não funcionava, usavam a coação, obrigando-os, através do medo, a aceitarem a convivência indesejada nos aldeamentos. Após o descimento, esses indígenas eram colocados em “aldeias de repartições”, pois eram considerados “livres”. A partir daí, podiam ser alugados e distribuídos entre os colonos, os missionários ou o serviço real.

Por esse sentido, o processo de colonização da Amazônia nos seus primórdios só se tornou possível mediante o recrutamento da mão-de-obra indígena. Muitos desses povos foram obrigados ou convencidos-coagidos a trabalhar para os colonos na extração das “drogas do sertão”, enquanto outros não aceitaram ser escravizados e fugiram para outros lugares às margens de rios. Assim,



continuaram a ser livres, reproduzindo suas vidas dentro do padrão de organização de seu espaço rio-várzea-floresta. Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2012) ressalta que:

[...] a conquista dos espíritos indígenas tornou-se fundamental para afirmar as marcas do domínio colonial. Os volumes a serem mercantilizados exigem o domínio de vastas áreas em face da característica da floresta indicada. Os índios começam a revelar sua dificuldade de entender a lógica de viver para trabalhar do homem ocidental, já que eles que trabalhavam para viver. Seus conhecimentos dos ecossistemas regionais lhes davam sempre a possibilidade de fuga, de liberdade (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81-82).

No governo do primeiro-ministro Marquês de Pombal, a partir de 1750, teve início uma nova fase na adequação da Amazônia ao domínio colonial (BECKER, 2009; DIAS, 2014; SOUSA, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2012). Sousa (2002) ilustra que, influenciado pelas transformações de outros países europeus, Pombal promoveu inúmeras transformações em Portugal e também em suas colônias para recuperar a economia portuguesa e modernizar as instituições nacionais, sendo que uma das medidas foi a expulsão dos jesuítas. Nesse sentido, o foco privilegiado da administração pombalina foram as Capitanias do Maranhão e do Grão-Pará, e uma das fortes razões para isso foi:

[...] o recém-assinado Tratado de Madri, de 1750, que demarcou as possessões luso-espanholas na América; por esse tratado, Portugal obtivera mais ganhos territoriais em seus limites na parte norte da colônia. Para assegurar os ganhos territoriais e incrementar o comércio - e, portanto, os ganhos da Coroa e dos setores mercantis -, foram postas em prática três medidas articuladas: a formação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, para a comercialização da produção amazônica e a introdução sistemática de escravos africanos na colônia: o fim da escravidão indígena e a retirada do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos indígenas, seguida da expulsão dos jesuítas (SOUSA, 2002, p. 8).

Nessa linha de reflexão, Porto-Gonçalves (2012, p. 82) ressalta que, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, o caráter mercantil da colonização da região da Amazônia se torna mais evidente, resultando no conflito de interesses com a ordem religiosa que, além de ter tido seus membros, os jesuítas, expulsos, viu seus bens serem confiscados, “abrindo-se a exploração dos indígenas à sanha mercantil”. O autor lista algumas medidas que foram tomadas no intuito de modernizar a Amazônia:

- Doação de terras (sesmarias) a colonos e soldados que se comprometessem a cultivá-las;
- Introdução do trabalho escravo (1756), procurando reforçar a agricultura do cacau, do café, do algodão, da cana-de-açúcar, do fumo, do anil e do arroz;



- Estímulo à implantação da pecuária nos campos de Rio Branco (Roraima), no baixo Amazonas e na região das Ilhas.

Oliveira (1983) ressaltou que uma das características da administração pombalina foi a criação de leis que beneficiavam os colonos com a concessão de terras, doação de ferramentas e isenção de impostos, dentre outras ações. Além disso, promoviam-se casamentos entre colonos e indígenas que pretendiam dar liberdade a estes últimos e elevar a categoria de povoação, de aldeias missionárias e feitorias para vilas com denominações portuguesas.

Diante desse quadro de colonização europeia, Porto-Gonçalves (2012) resalta que, o que antes se fazia sob o signo da “cruz e da espada”, na nova fase da modernização da Amazônia, juntavam-se o dinheiro e a escravidão negra, ou seja, a “cruz” dá lugar ao dinheiro, mas a “espada” continua. O autor ainda afirma que, em face das longas distâncias percorridas para a comercialização do pequeno volume de produtos, uma figura se fará presente na região amazônica: o regatão ou os regatões. Cabia a eles estabelecer a ligação entre as diversas populações dispersas ao longo dos rios e as pequenas vilas e povoados através do escambo ou do aviamento e, também, a expansão do domínio territorial português para os mais longínquos rincões da Amazônia.

Ao longo das várzeas dos rios, surge um sistema que combina o extrativismo da floresta, a pesca e a agricultura, articulado, por meio dos regatões, com as vilas e cidades. Isso fortaleceu alguns lugares da região, como Belém elevada à condição de capital em 1751. Em 1772, ocorre a separação do domínio da Capitania do Grão-Pará da Capitania do Maranhão. Dessa forma, Porto-Gonçalves (2012) escreve que, apesar de as “drogas do sertão”, em termos regionais, nunca terem deixado de ser uma atividade socialmente relevante, a atividade agrícola e a pecuária forjam um grupo que se tornará politicamente importante na configuração geográfica da Amazônia: a oligarquia fundiária. Sua importância se dará, sobretudo, na reorganização da divisão internacional do trabalho, sobretudo após a Revolução Industrial, que atinge a região com a exploração da borracha, nos anos que se seguem.

#### **4 NÃO CONCLUINDO...**

Voltar à história do processo de colonização da Amazônia é sempre importante para compreendermos o contexto de retrocessos na referida região. O processo de colonização deixou rastros de violência e miséria a partir da destruição dos recursos naturais e da expropriação dos povos indígenas que viviam e vivem na Amazônia há milhares de anos. Para justificar essa invasão, várias narrativas sobre a região são forjadas, tais como: região atrasada, vazio demográfico, povos indolentes, dentre outras. Conforme abordado no presente texto, a colonização e apropriação da Amazônia do século XVI a partir da exploração das “drogas do sertão”, foi uma forma encontrada por Portugal para manter a posse do território. Tal atividade econômica só foi possível com a



exploração da mão-de-obra indígena. Nesse sentido, estes foram escravizados, violentados e expropriados de suas próprias condições de sobrevivência. Muitos resistiram, e, por isso, vários indígenas foram assassinados e algumas populações foram dizimadas, conforme ressaltaram os autores citados.

Nos anos que se seguem, a partir das “drogas do sertão”, várias políticas de colonização da região foram implantadas, sendo todas de forma violenta, uma vez que os povos que habitam a região nunca aceitaram tal situação de forma pacífica. Atualmente, percebe-se uma série de programas que conformam a paisagem amazônica, tais como barragens para o aproveitamento de energia elétrica, exploração de recursos minerais, construção de grandes rodovias, projetos agropecuários, dentre outros. Isso, além dos efeitos negativos e perversos sobre a natureza, vem trazendo a expropriação violenta não só de indígenas, mas também de camponeses, quilombolas, além de outros povos da região.

Enfim, cabe ressaltar que é preciso desmistificar a ideia eurocêntrica de que a modernidade capitalista é o único caminho possível para todos os lugares e para todos os povos. Isso é possível com projetos de pesquisa que dialoguem com outras formas de conhecer o mundo e nos quais um conhecimento não se sobreponha ao outro. E, também, a partir de muita luta, que una trabalhadores rurais e urbanos, camponeses, operários, indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTQI+.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CASTRO GOMES, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.
- DIAS, M. das G. S. Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial. **Textos e debates: Revista da Universidade Federal de Roraima**. Boa Vista. N. 5, p. 33-39, 2016.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de H. P. MACIEL e R. HAESBAERT. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- OLIVEIRA, A. E. de. Ocupação Humana. In: SALATI, E. *et al.* (Org.) **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-327.
- OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papiрус, 1988.



PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói (RJ), ano 8, n. 16, p. 41-55, Jul. 2008. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.816.a13521>

\_\_\_\_\_. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**: Seção Três Lagoas, Três Lagoas (MS), ano 3, v. 1, n. 3. p. 5-26, maio de 2006.

\_\_\_\_\_. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M. et al (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005. p. 375-409.

\_\_\_\_\_. Amazônia enquanto acumulação desigual dos tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 63-90, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.6018>. Acesso em: Julho de 2016

\_\_\_\_\_. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

\_\_\_\_\_. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 3-4.

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais e perspectivas latino-americanas. Tradução de C. W. Porto-Gonçalves. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

ROCHA, R. A. Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia Colonial. **História**: debates e tendências. Passo Fundo. V. 8. N. 2, p. 378-387, jul. 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SOUSA, J. O. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em tempos de Histórias**. Brasília, n. 6, fev. 2002. p. 1-18.

VENÂNCIO, M. Vozes silenciadas no território indígena *Akwe-Xerente*: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins. 2020. 271f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2020.